

Os excluídos

Renato C. Gama

A cada ano, quando chega o dia 7 de setembro, vemos novas imagens ritualizando antigos gestos e acontecimentos que povoam nossa memória desde a mais tenra infância: palanques multiplicados por todos os municípios e lugarejos do país; autoridades sorridentes fazendo velhos discursos que hoje já não mais impressionam nem mesmo as crianças; bandeiras verde-amarelas tremulando por todo o território nacional e milhões de bandeirinhas sendo movimentadas por um mar quase infinito de mãos. De acordo com as tradições culturais de cada região ou município, uma série de eventos marcam o dia com maior ou menor brilho, dependendo da criatividade dos organizadores e das possibilidades concretas das lideranças locais.

Entretanto, neste ano de 1995, algo novo aconteceu em todo o país, que, sem sombra de dúvida, marcou o Dia da Pátria: “O grito dos excluídos”, puxado pelas pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tendo como lema “A Vida em Primeiro Lugar”, foram

estes os principais objetivos do “Grito”: protestar contra uma economia sem ética, dominada pela técnica que gera o desemprego; protestar contra a política econômica neoliberal do Governo, que gera e produz e exclusão; combater as formas de exclusão que se traduzem em salário mínimo irrisório, expulsão da terra, desemprego, fome e miséria; anunciando a vida em primeiro lugar, ser voz e vez dos excluídos.

É provável que a maioria dos brasileiros que tem acesso à informação já se acostumou com notícias deste tipo: “O Brasil é o país em que há maior desigualdade social e de renda entre 71 pesquisados pelo Banco Mundial. Segundo dados de relatório do Banco, 51,3% de toda a renda do país estão concentrados nas mãos de apenas 10% da população. Os 20% mais pobres só ficam com 2,1% da renda nacional” (FSP, 30/7/95). Ou seja, o fato de o país ser um campeão mundial em desigualdade já não impressiona, já não traz vergonha e indignação para mais ninguém... Talvez esta seja a maior tragédia do nosso tempo: o sofrimento e a desgraça daqueles que estão ao nosso lado já não mais nos sensibilizam.

De acordo com a CNBB, os principais números da desigualdade social brasileira: no que tange à distribuição de renda, enquanto apenas 1% da população se apropria de 13,9% da renda nacional, os 50% mais pobres só se apropriam de 12,1%; a pobreza atinge 64,5 milhões de brasileiros, sendo 33,7 milhões de indigentes; quanto às crianças, 16,9% delas já exercem algum tipo de trabalho na faixa dos 10 aos 14 anos; o caos educacional indica 20,2 milhões de brasileiros analfabetos; no da saúde, de cada mil crianças que nascem, 52 morrem antes de completar um ano (no Nordeste, esta taxa salta para 88 em cada mil); e, por fim, quanto ao gravíssimo problema da terra, hoje existem no Brasil 4,8 milhões de trabalhadores sem terra e 16 milhões de indigentes no campo.

Poderíamos continuar citando dados e mais dados que expressam a tragédia brasileira; para fechar o quadro, apenas os que nos parecem mais importantes: hoje existem no Brasil aproximadamente 130 mil detentos – a maior parte deles sem a mínima possibilidade de recuperação –, o Espírito Santo representando aproximadamente 3.200 (entre efeti-

vamente encarcerados e os classificados na rubrica “excesso”). 50 mil pessoas já morreram de Aids no Brasil, com 500 mil portadores do vírus; quanto aos deficientes físicos e mentais, existem hoje aproximadamente 7 milhões, a maior parte abandonada não somente pelo Estado, mas pela sociedade como um todo.

Ao promover o “Grito dos excluídos”, a Igreja no Brasil, através da CNBB, cumpriu parte do seu papel histórico que é o de optar concretamente pelos pobres, não somente em nível do discurso. E esta “opção preferencial” não significa qualquer tipo de ideologização da entidade, pois, originariamente, foi a opção declarada do seu fundador, Cristo Jesus. Este, ao traçar as linhas mestras do seu projeto de libertação, retoma as palavras do profeta Isaías: “o Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor” (Lc 4, 18-19).

Renato C. Gama é presidente da
Comissão Justiça e Paz de Vitória